

Nos EUA, "lobby" rural é poderoso

PAULO FRANCIS

De Nova York

Ronald Reagan assinou outro dia uma lei concedendo créditos de US\$ 52 bilhões ao setor agrícola, falido tecnicamente com a queda de procura, excesso de produção e custo do dólar para importadores. O presidente assinou a lei contra a vontade. O setor agrícola contém cerca de 6% da população. Eleitoralmente é próximo de zero. Reagan, filosoficamente, acredita na lei de oferta e procura. Quem não tem competência não se estabelece, na famosa frase do português da anedota, que resume a filosofia conservadora, "laissez faire", do presidente. Reagan assinou a lei porque se a vetasse o veto seria derrubado. O "lobby" agrícola no Congresso é poderosíssimo.

É também legal e longe de ser o único. Não há literalmente camada da população que não seja representada no Congresso por um grupo de pressão, composto de profissionais de relações públicas, ex-políticos, ou políticos que tenham perdido mandato, firmas de advocacia etc. É legal constituir esses grupos de pressão, desde que registrados junto ao fisco.

É também legal constituí-los para países estrangeiros, exigindo-se também o registro (sem registro, "lobbies" nacionais estão sujeitos a penas criminais, estrangeiros podem ser enquadrados em espionagem e sedição). Os "lobbies" mais poderosos do país são os do Pentágono e de Israel.

Isso não quer dizer que não existam "lobbies" fortes de "mães solteiras subsidiadas", por exemplo, de sindicatos operários (poderosíssimos junto ao Partido Democrata. Impuseram a candidatura Mondale, em 1984, quando era visível que Gary Hart, um senador menos acessível aos líderes sindicais, tinha mais chance contra Reagan).

O Pentágono, claro, se ceva em empresas como a General Dynamics, Boeing etc. São literalmente estatais, não necessariamente no sentido brasileiro, isto é, improdutivas e deficitárias, porque, ao contrário, como subproduto da tecnologia militar,

dominam boa parte do mercado de alta tecnologia no mundo. A questão é saber se teriam esses lucros se não monopolizassem as encomendas militares. O lucro que apresentam junto ao Pentágono é mínimo, ridículo. É um truque de contabilidade. O lucro está embutido no custo do que produzem, o que se chama no Brasil "custo por administração", vulgo, quanto cobrarem o governo — o contribuinte — paga...

É verdade que armas como as que os EUA necessitam, de alta sofisticação, teriam de ser monopolizadas por algumas empresas mais competentes, e também porque grande diversificação abriria grandes oportunidades à espionagem estrangeira. Ainda assim, a corrupção é vasta, o suborno é rotineiro, não raro envolvendo altas patentes militares (que reformadas, trabalham, em muitos casos, para fornecedores do Pentágono, a chamada "porta giratória", que muita gente quer proibir por lei). Nestes dois últimos anos, sob pressão, ditada pelos altos gastos militares, o Ministério da Justiça de Reagan, a contragosto do presidente, está processando cerca de 45% dos fornecedores de armas do Pentágono. Algumas centenas de oficiais de alta patente foram discretamente postos na compulsória.

O "lobby", claro, se presta à corrupção. É infantil imaginar que funciona exclusivamente pela corrupção. O "lobby" israelense, por exemplo, funciona muito pela afetividade, ou sentimento de culpa, que Israel, em face do acontecido aos judeus na 2ª Guerra, despertou junto a parlamentares. Ted Kennedy é criatura do "lobby" israelense. Não leva dinheiro, que se saiba.

O "lobby" também ameaça. É certo que grupos de extrema direita e de Israel destruíram a carreira política dos dois últimos presidentes da Comissão de Relações Externas do Senado, o democrata Frank Church, já falecido, e o republicano Charles Percy, porque tomaram posições em favor de acordo de armas nucleares e de venda de aviões F-15 à Arábia Saudita. O atual presidente da Comissão, o republicano Richard

Lugar, segue prudentemente as posições de Reagan.

Esses exemplos indignarão muita gente, mas sem "lobbies" Reagan teria reduzido as pensões de 36 milhões de aposentados e inúmeros benefícios sociais de negros, mães solteiras etc., tema (incompreensível, porque referido em sigla, a quem não conhece o governo dos EUA por dentro) do primeiro debate entre Reagan e Mondale, em 1984. Mondale, por exemplo, acusou Reagan de ser contra a AFDC, Reagan negando furiosamente. Vi o debate com vários americanos. Ninguém sabia do que se tratava. É auxílio a famílias com crianças dependentes, eufemismo de mãe solteira, quase sempre negra, cujo "lobby" manteve todo o dinheiro que é dado a essas mulheres (a simples maternidade garante à mãe um subsídio de US\$ 150 ao mês, o que é uma das razões da enorme fertilidade das classes mais pobres e não brancas nos EUA).

Em suma, onde houver capitalismo, onde tudo for estatizado, o "lobby" é inevitável. Se o leitor soubesse de um candidato a presidente, em que confiasse, que ganhasse um corte no imposto de renda, é bastante provável que estivesse disposto a contribuir para um "obby" que elegeesse esse candidato e o fizesse ter um clima de ação livre.

"Lobby" há de qualquer maneira, em qualquer tipo de sociedade. O melhor é legalizá-lo, o que implica estabelecer penas contra excessos criminais. Ao menos é melhor do que funcionem na surdina, como acontece no Brasil. Um empresário brasileiro foi crucificado na imprensa porque financiou a visita do sr. Arliano Chaves aos EUA. É claro que esse empresário espera que o sr. Chaves prospere porque representa interesses favoráveis à indústria privada no Brasil. Não há crime algum nisso, se mantido dentro de limites legais claros. Que nem sempre são cumpridos esses limites nos EUA se deve à corruptibilidade da natureza humana. Fingir que não há interesses pessoais em questões políticas ou esperar perfeição moral é ser humano é infantil.